REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO EM PAUTA: A ACESSIBILIDADE NAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO DE DIVINÓPOLIS-MG

INFRASTRUCTURE AND INCLUSION ON THE AGENDA: ACCESSIBILITY IN WEIGHT-TRAINING GYMS IN DIVINÓPOLIS, MG

INFRAESTRUCTURA E INCLUSIÓN A DEBATE: LA ACCESIBILIDAD EN LOS GIMNASIOS DE MUSCULACIÓN DE DIVINÓPOLIS (MG)

Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos
Doutor em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil
E-mail: marco.santos@uemg.br

Thales Henrique Pereira
Graduando em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil
E-mail: thales.henrique0140@gmail.com

Resumo

Este estudo analisou condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade em academias de musculação avaliadas no município de Divinópolis, Minas Gerais, com base em critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020. Trata-se de pesquisa descritiva, observacional e transversal, com análise quantitativa de frequências e descrição qualitativa das barreiras estruturais identificadas. A amostra não probabilística, por conveniência e disponibilidade, foi composta por dez academias de porte médio registradas no Conselho Regional de Educação Física de Minas Gerais. A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2025, por meio de observação sistemática *in loco*, mensuração de dimensões físicas e aplicação de checklist adaptado, organizado nos eixos: entrada e acesso, circulação interna, sanitários, acessibilidade geral, estacionamento e rota acessível externa. Todas as academias apresentaram porta de entrada e rotas internas com largura adequada segundo os critérios definidos no instrumento. Entretanto, em nove estabelecimentos, equipamentos ou outros elementos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

bloqueavam parcialmente as rotas de circulação. Nos sanitários, 90,0% apresentaram porta com vão livre mínimo de 0,80 m, enquanto barras de apoio, área livre para transferência lateral e condições de aproximação frontal ao lavatório foram observadas em 60,0%, 50,0% e 60,0% das academias, respectivamente. Nenhum sanitário dispunha de dispositivo de chamada de emergência. Entre as seis academias com estacionamento próprio ou sob responsabilidade direta, apenas uma possuía vaga reservada, faixa lateral de circulação ou desembarque e rota acessível até a entrada. Conclui-se que as academias participantes apresentaram condições de acessibilidade arquitetônica parciais e heterogêneas, com barreiras especialmente relacionadas à continuidade das rotas internas, aos componentes sanitários e aos acessos externos. Os achados se restringem aos estabelecimentos avaliados e não permitem generalizações para todas as academias do município, mas evidenciam a necessidade de adequações estruturais, fiscalização e planejamento orientado pelos princípios do desenho universal.

Palavras-chave: Acessibilidade arquitetônica; Academias de musculação; Pessoas com deficiência; Barreiras arquitetônicas; Desenho universal.

Abstract

This study analyzed the architectural and physical accessibility conditions of weight-training gyms in the municipality of Divinópolis, Minas Gerais, based on selected criteria from the ABNT NBR 9050:2020 standard. It was a descriptive, observational, and cross-sectional study involving a quantitative analysis of frequencies and a qualitative description of the structural barriers identified. The non-probabilistic sample—selected based on convenience and availability—consisted of ten medium-sized gyms registered with the Regional Council of Physical Education of Minas Gerais. Data collection took place between September and November 2025 through systematic on-site observation, measurement of physical dimensions, and the use of an adapted checklist organized into the following categories: entrance and access, internal circulation, restrooms, general accessibility, parking, and external accessible routes. All gyms featured entrance doors and internal routes of adequate width according to the criteria defined in the instrument. However, in nine establishments, equipment or other elements partially obstructed circulation routes. Regarding restrooms, 90.0% had doors with a minimum clear opening of 0.80 m, while grab bars, clear space for lateral transfer, and conditions for frontal approach to the washbasin were observed in 60.0%, 50.0%, and 60.0% of the gyms, respectively.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

No restroom was equipped with an emergency call device. Among the six gyms with their own parking facilities or those under their direct responsibility, only one featured a reserved parking space, a lateral circulation or drop-off zone, and an accessible route to the entrance. The study concludes that the participating gyms exhibited partial and heterogeneous architectural accessibility conditions, with barriers particularly related to the continuity of internal routes, restroom components, and external access points. While the findings are limited to the evaluated establishments and cannot be generalized to all gyms in the municipality, they highlight the need for structural adjustments, regulatory oversight, and planning guided by universal design principles.

Keywords: Architectural accessibility; Weight training gyms; People with disabilities; Architectural barriers; Universal design.

Resumen

Este estudio analizó las condiciones arquitectónicas y físicas de accesibilidad en gimnasios evaluados en el municipio de Divinópolis, Minas Gerais, basándose en criterios seleccionados de la norma ABNT NBR 9050:2020. Se trata de una investigación descriptiva, observacional y transversal, con análisis cuantitativo de frecuencias y descripción cualitativa de las barreras estructurales identificadas. La muestra no probabilística, seleccionada por conveniencia y disponibilidad, estuvo compuesta por diez gimnasios de tamaño mediano registrados en el Consejo Regional de Educación Física de Minas Gerais. La recolección de datos se realizó entre septiembre y noviembre de 2025 mediante observación sistemática *in situ*, medición de dimensiones físicas y aplicación de una lista de verificación adaptada, organizada en los siguientes ejes: entrada y acceso, circulación interna, sanitarios, accesibilidad general, estacionamiento y ruta accesible externa. Todos los gimnasios presentaron puertas de entrada y rutas internas con el ancho adecuado según los criterios definidos en el instrumento. Sin embargo, en nueve establecimientos, equipos u otros elementos obstruían parcialmente las rutas de circulación. En cuanto a los sanitarios, el 90,0 % contaba con puertas con un vano libre mínimo de 0,80 m, mientras que las barras de apoyo, el espacio libre para transferencia lateral y las condiciones de aproximación frontal al lavabo se observaron en el 60,0 %, 50,0 % y 60,0 % de los gimnasios, respectivamente. Ningún sanitario disponía de dispositivo de llamada de emergencia. De los seis gimnasios con estacionamiento propio o bajo su responsabilidad directa, solo uno contaba con plaza reservada, franja lateral de circulación

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

o desembarque y ruta accesible hasta la entrada. Se concluye que los gimnasios participantes presentaban condiciones de accesibilidad arquitectónica parciales y heterogéneas, con barreras relacionadas especialmente con la continuidad de las rutas internas, los elementos de los sanitarios y los accesos externos. Los hallazgos se limitan a los establecimientos evaluados y no permiten generalizaciones para todos los gimnasios del municipio, pero evidencian la necesidad de realizar adecuaciones estructurales, así como de implementar fiscalización y planificación orientadas por los principios del diseño universal.

Palabras clave: Accesibilidad arquitectónica; Gimnasios de musculación; Personas con discapacidad; Barreras arquitectónicas; Diseño universal.

1. Introdução

A prática de atividades físicas, esportivas e de lazer pode contribuir para a saúde, a funcionalidade e a participação social de pessoas com deficiência. Entretanto, a possibilidade de frequentar espaços destinados ao exercício físico depende, entre outros fatores, das condições de acesso e circulação oferecidas pelos estabelecimentos. Barreiras arquitetônicas podem dificultar o uso desses ambientes por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, especialmente quando envolvem desníveis, rotas interrompidas, portas estreitas, sanitários sem componentes acessíveis e disposição inadequada de equipamentos.

No Brasil, o direito à acessibilidade em espaços públicos e privados de uso coletivo é reconhecido por instrumentos legais e técnicos, entre os quais se destacam a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 — e a ABNT NBR 9050:2020. Esses instrumentos estabelecem parâmetros para reduzir barreiras físicas e ampliar as condições de acesso aos ambientes, incluindo estabelecimentos destinados à prática de exercícios físicos.

O setor de *fitness* tem apresentado expansão no país, acompanhada pelo aumento do número de academias e centros de treinamento. Em Divinópolis, Minas Gerais, levantamento preliminar identificou aproximadamente 139 estabelecimentos do setor *fitness* ativos em 2026, dos quais 62 correspondiam a academias de musculação (ACID, 2026). Entretanto, o crescimento quantitativo desses estabelecimentos não permite concluir, por si só, que suas estruturas apresentem condições arquitetônicas compatíveis com os critérios de acessibilidade.

Estudos realizados em diferentes localidades brasileiras apontam barreiras arquitetônicas em academias de musculação, incluindo dificuldades no acesso à edificação, na circulação entre equipamentos, nos sanitários e nas rotas externas (Ferreira et al., 2018; Lima et al., 2018; Razuck et al., 2021). Tais condições

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

podem constituir obstáculos estruturais ao uso dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Apesar da relevância do tema, não foram identificados estudos que descrevessem as condições de acessibilidade arquitetônica e física em academias de musculação de Divinópolis ou de municípios próximos. Essa lacuna justifica a realização de uma investigação local, voltada à identificação de condições estruturais potencialmente facilitadoras ou limitadoras do acesso e da circulação nos estabelecimentos participantes.

Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as condições de acessibilidade arquitetônica e física observadas em academias de musculação avaliadas em Divinópolis, Minas Gerais?

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade em academias de musculação avaliadas em Divinópolis, com base em critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020. A investigação foi delimitada à observação de elementos estruturais relacionados ao acesso, à circulação interna, aos sanitários, à acessibilidade geral e ao estacionamento, não avaliando diretamente a experiência de uso, a percepção de segurança, a autonomia, a permanência ou a participação de pessoas com deficiência.

A relevância do estudo está na possibilidade de identificar e mapear barreiras presentes nesses estabelecimentos, contribuindo para ampliar o debate sobre acessibilidade no município. Os resultados podem oferecer subsídios à sociedade, aos proprietários de academias e ao poder público, evidenciando a necessidade de medidas que garantam o exercício pleno da cidadania.

O acesso ao lazer, à atividade física, à saúde e à qualidade de vida não deve ser tratado como privilégio, mas como direito. Nesse sentido, a acessibilidade arquitetônica e física constitui um elemento indispensável para a igualdade de oportunidades e para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

2. Revisão da Literatura

2.1 Deficiência, barreiras e acessibilidade: síntese conceitual

A compreensão contemporânea da deficiência ultrapassa interpretações centradas exclusivamente em limitações corporais ou em diagnósticos clínicos. Embora concepções históricas tenham associado a deficiência à incapacidade, à dependência e à necessidade de assistência, o modelo social da deficiência contribuiu para deslocar a análise para a interação entre características individuais e barreiras produzidas nos contextos sociais, físicos e institucionais (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; França, 2013; Retiefi; Letsosa, 2018).

Nessa perspectiva, a restrição à participação não decorre apenas de uma condição corporal, sensorial, intelectual ou psicossocial. Ela também pode estar relacionada às barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas e institucionais presentes nos espaços e serviços. Assim, ambientes planejados

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

sem considerar a diversidade humana podem limitar as possibilidades de acesso e uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O paradigma da inclusão pressupõe que a sociedade e seus espaços devem ser organizados para acolher diferentes formas de mobilidade, percepção e interação, reduzindo barreiras que possam restringir a participação social. Essa compreensão fundamenta normas, políticas públicas e práticas voltadas à acessibilidade em espaços de uso coletivo, incluindo locais destinados à prática de atividades físicas e exercícios (Aranha, 2001; Sassaki, 2007).

No presente estudo, essa abordagem orienta a análise das academias de musculação como ambientes privados de uso coletivo nos quais condições arquitetônicas e físicas podem atuar como facilitadores ou barreiras potenciais ao acesso e à circulação. Contudo, a investigação está delimitada à dimensão estrutural da acessibilidade, não abrangendo diretamente aspectos atitudinais, comunicacionais, metodológicos, programáticos ou as experiências de uso de pessoas com deficiência.

2.2 Acessibilidade arquitetônica e requisitos normativos em espaços de uso coletivo

A acessibilidade pode ser compreendida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização de espaços, edificações, mobiliários e equipamentos com segurança e autonomia. No campo arquitetônico, esse conceito se traduz em requisitos relacionados à continuidade das rotas acessíveis, às dimensões de circulação, aos desníveis, às rampas, às portas, aos sanitários, à sinalização e aos acessos externos (ABNT, 2020).

A Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.146/2015 compõem o arcabouço normativo brasileiro voltado à promoção da acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão reconhece a acessibilidade como requisito aplicável a edificações, serviços e instalações abertas ao público ou de uso coletivo, categoria na qual se inserem as academias de musculação (Brasil, 2000; Brasil, 2004; Brasil, 2015).

A ABNT NBR 9050:2020 fornece parâmetros técnicos para a organização de espaços acessíveis, incluindo dimensões mínimas para circulação e manobra de cadeira de rodas, características de rampas, corrimãos, pisos, portas, sanitários, estacionamentos e sinalização. No entanto, a presença isolada de determinados elementos não caracteriza, por si só, a acessibilidade integral de uma edificação. A continuidade da rota e a articulação entre os diferentes componentes são fundamentais para a redução de barreiras arquitetônicas.

O desenho universal complementa essa abordagem ao propor que ambientes, produtos e serviços sejam concebidos para atender ao maior número possível de pessoas, sem depender exclusivamente de adaptações posteriores ou soluções segregadas (Brasil, 2015; Souza; Ribeiro, 2021). Para o contexto das academias, esse princípio implica considerar desde a chegada ao estabelecimento até a circulação entre equipamentos, o uso de sanitários e o acesso aos demais ambientes disponíveis.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

2.3 Atividade física, pessoas com deficiência e barreiras à participação

Estudos brasileiros sobre acessibilidade em academias de musculação têm identificado barreiras arquitetônicas recorrentes. Entre os problemas descritos estão a ausência ou inadequação de rampas, portas e corredores com dimensões insuficientes, falta de sanitários com componentes acessíveis, obstrução das rotas de circulação por equipamentos e precariedade das condições de acesso externo (Ferreira et al., 2018; Lima et al., 2018; Moraes, 2021; Razuck et al., 2021; Mocarzel; Neves, 2026).

A organização dos equipamentos merece atenção particular nas academias, uma vez que a disposição inadequada de máquinas, bancos e acessórios pode reduzir a largura livre de circulação, interromper rotas e dificultar a aproximação a diferentes áreas de treino. De modo semelhante, a disponibilidade de portas com vão adequado não assegura, isoladamente, condições estruturais completas nos sanitários, pois barras de apoio, áreas de transferência, aproximação ao lavatório e elementos devem ser considerados de forma integrada.

Também são relevantes as condições de acesso externo. A existência de estacionamento próprio ou sob responsabilidade do estabelecimento demanda a análise de vaga reservada, faixa adicional de circulação ou desembarque e rota acessível até a. Quando o estacionamento é exclusivamente público, a responsabilidade sobre as vagas deve ser distinguida da avaliação das condições urbanas de chegada ao estabelecimento.

Embora a literatura indique a presença dessas barreiras em diferentes localidades, não foram identificados estudos voltados às academias de musculação avaliadas em Divinópolis-MG. O presente estudo busca contribuir com um diagnóstico exploratório das condições arquitetônicas e físicas observadas em dez estabelecimentos participantes, sem pretensão de representar todas as academias do município.

2.4 Academias de musculação e acessibilidade: evidências e lacuna local

As academias de ginástica e musculação são estabelecimentos privados de uso coletivo destinados à prática de exercícios físicos. Como espaços abertos ao público, devem observar os requisitos legais e técnicos de acessibilidade aplicáveis às edificações, aos mobiliários e às rotas de circulação. Embora o setor de *fitness* tenha se expandido nas últimas décadas, o aumento do número de estabelecimentos não assegura, por si só, a adequação de suas condições físicas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brito Neto; Sousa; Cruz Neto, 2023; Furtado, 2009).

Estudos realizados em diferentes municípios brasileiros têm identificado barreiras arquitetônicas recorrentes em academias de musculação. Entre os aspectos mais frequentemente relatados estão a presença de degraus ou desníveis nos acessos, a insuficiência de rampas e corrimãos, a limitação do espaço entre equipamentos, a inadequação de rotas internas, a ausência ou inadequação de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

componentes dos sanitários e a falta de vagas reservadas ou de rotas acessíveis a partir do estacionamento (Ferreira et al., 2018; Lima et al., 2018; Moraes, 2021; Razuck et al., 2021; Silva; Mocarzel; Neves, 2026).

No estudo de Ferreira et al. (2018), realizado em academias da Zona Oeste do Rio de Janeiro, foram identificadas limitações relativas ao acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas, especialmente em aspectos relacionados à circulação e à organização dos ambientes. Resultados semelhantes foram observados por Lima et al. (2018), ao descreverem dificuldades de acesso e de uso de academias por pessoas com deficiência. Razuck et al. (2021), em investigação realizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, também identificaram inadequações em elementos como entrada, circulação, sanitários e estacionamento. Esses achados indicam que as barreiras físicas podem ocorrer em diferentes etapas do percurso dentro e no entorno das academias.

A literatura disponível aponta, portanto, que a avaliação da acessibilidade em academias deve considerar o percurso de acesso ao estabelecimento, a entrada, as rotas internas, a disposição dos equipamentos, os sanitários, a sinalização e as condições externas. A presença isolada de determinado recurso, como uma rampa ou uma porta com largura adequada, não é suficiente para caracterizar o ambiente como integralmente acessível, pois o uso dos espaços depende da continuidade das rotas e da articulação entre seus diferentes componentes (ABNT, 2020; Manzini, 2006).

Apesar das evidências produzidas em outras localidades brasileiras, não foram identificados estudos que descrevessem as condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade em academias de musculação no município de Divinópolis, Minas Gerais. Essa lacuna justifica a realização de investigações locais, especialmente aquelas voltadas à identificação de barreiras estruturais em estabelecimentos participantes.

Nesse sentido, o presente estudo analisa critérios selecionados de acessibilidade arquitetônica e física em dez academias avaliadas em Divinópolis, sem mensurar diretamente a experiência de uso, a percepção de segurança, a autonomia, a permanência ou a participação de pessoas com deficiência.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, observacional e de corte transversal, com abordagem predominantemente quantitativa e apoio de descrição qualitativa das barreiras arquitetônicas identificadas. Os dados foram produzidos por meio de observação sistemática, mensuração de dimensões físicas e classificação objetiva das condições de acessibilidade.

Foi utilizado um checklist estruturado, adaptado a partir de critérios técnicos selecionados da ABNT NBR 9050:2020 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para a observação de condições de acessibilidade arquitetônica em academias de musculação.

A abordagem quantitativa permitiu organizar as observações em frequências absolutas e relativas dos critérios de acessibilidade avaliados. Os resultados foram

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

apresentados segundo os eixos do checklist, possibilitando descrever a presença de elementos arquitetônicos e físicos, bem como identificar barreiras estruturais nos estabelecimentos participantes. Não foram utilizados sistema de pontuação global, índice de acessibilidade, classificação das academias por grau de acessibilidade ou comparações estatísticas entre as regiões do município.

O estudo foi realizado no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. A população de referência foi constituída por academias de musculação em funcionamento no município de Divinópolis, Minas Gerais, no período da coleta de dados. Conforme levantamento preliminar realizado junto à Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Divinópolis, havia aproximadamente 62 academias de musculação ativas no município em 2026 (ACID, 2026).

A amostra foi composta por dez academias registradas no Conselho Regional de Educação Física de Minas Gerais (CREF/MG). Utilizou-se amostragem não probabilística por conveniência e disponibilidade, uma vez que a inclusão dos estabelecimentos dependeu da autorização dos responsáveis para a realização da observação in loco.

Inicialmente, foram convidadas 20 academias. Destas, 10 autorizaram a realização da visita e compuseram a amostra final; 04 recusaram a participação; e 06 não responderam ao convite ou não foi possível estabelecer contato após as tentativas realizadas.

Foram incluídas academias de musculação que: a) estivessem em funcionamento no período de setembro a novembro de 2025; b) fossem registradas no CREF/MG; c) disponibilizassem atividades de musculação ao público; d) se enquadrassem nos critérios operacionais adotados para porte médio; e) autorizassem a realização da observação presencial. Foram excluídos estabelecimentos exclusivamente voltados a modalidades específicas, como estúdios de treinamento personalizado, centros de lutas, pilates ou academias exclusivamente funcionais, quando não ofereciam espaço regular de musculação aberto ao público.

Para fins deste estudo, consideraram-se academias de porte médio os estabelecimentos que apresentavam uma área entre 300 a 600 metros quadrados e uma base ativa de 300 a 800 alunos. A definição desse critério foi adotada exclusivamente para delimitar o perfil dos estabelecimentos analisados.

Entre as dez academias avaliadas, sete localizavam-se na região Sudoeste do município, uma na região Central, uma na região Noroeste e uma na região Sudeste. Essa distribuição expressa a disponibilidade e a autorização dos estabelecimentos participantes, não tendo sido definida por sorteio ou estratificação proporcional entre as regiões do município. Portanto, os resultados devem ser interpretados como referentes às academias avaliadas em Divinópolis, não sendo possível generalizá-los para todas as academias de musculação do município.

As dez academias avaliadas localizavam-se em diferentes regiões do município: sete na região Sudoeste, uma na região Central, uma na região Noroeste e uma na região Sudeste. Essa distribuição decorreu da disponibilidade e da autorização dos estabelecimentos participantes, não tendo sido definida por sorteio ou estratificação territorial. Em razão da concentração de participantes na

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

região Sudoeste e do reduzido número de academias nas demais regiões, não foram realizadas comparações entre regiões nem inferências sobre a distribuição das condições de acessibilidade no município.

A avaliação foi fundamentada na ABNT NBR 9050:2020 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, utilizada como referência técnica para a elaboração, revisão e interpretação dos critérios do instrumento de coleta.

Os dados foram produzidos por meio de observação sistemática in loco, mensuração de dimensões físicas e registro da presença, ausência ou inadequação de elementos relacionados à acessibilidade. Foi utilizado um checklist estruturado e adaptado da ABNT NBR 9050:2020, composto por itens diretamente aplicáveis ao contexto de academias de musculação. A adaptação consistiu na seleção de requisitos pertinentes aos espaços efetivamente avaliados, excluindo-se itens normativos destinados a ambientes ou equipamentos não existentes nos estabelecimentos investigados.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta in loco durante visitas presenciais às academias, no período de setembro a novembro de 2025. Utilizou-se um checklist estruturado, adaptado a partir de critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020, organizados nos eixos: entrada e acesso; circulação interna; sanitários; acessibilidade geral; e estacionamento e rota externa acessível.

As dimensões físicas foram verificadas com trena metálica graduada em milímetros. O instrumento foi empregado para mensurar o vão livre das portas, a largura das rampas, a largura das rotas de circulação e corredores, os espaços livres destinados à manobra de cadeira de rodas e as áreas de aproximação e transferência nos sanitários.

Para as portas, foi mensurado o vão livre útil, isto é, a distância horizontal efetivamente disponível para passagem, com a folha da porta aberta. Nas rampas, a largura foi medida transversalmente entre os limites livres de circulação, sem considerar elementos que restringissem o deslocamento. Nos corredores e rotas internas, as medidas foram realizadas no ponto de menor largura útil, especialmente quando havia equipamentos, mobiliários ou outros obstáculos.

Nos sanitários, foram mensuradas as dimensões livres destinadas à aproximação ao lavatório, à manobra de cadeira de rodas e à transferência lateral junto à bacia sanitária, desconsiderando áreas ocupadas por louças, mobiliários, portas em sua área de abertura ou outros elementos que impedissem o uso efetivo do espaço. Nas áreas de treino, a avaliação da manobra considerou a existência de área livre de obstáculos no local de circulação analisado.

Cada medida foi realizada três vezes] por 02 avaliadores. Quando realizadas duas ou mais medições do mesmo elemento, foi adotado a média aritmética das medidas. Os avaliadores realizaram treinamento prévio, leitura orientada da norma, discussão do checklist e visita de familiarização. O treinamento buscou padronizar a identificação dos elementos arquitetônicos, a escolha dos pontos de mensuração e a classificação dos itens conforme os critérios previamente definidos no instrumento.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Para fins de classificação, os itens dimensionais foram considerados “atende” quando apresentaram valor igual ou superior ao parâmetro mínimo previamente estabelecido no checklist, desde que não houvesse elemento que reduzisse a dimensão livre de uso. Assim, medidas exatamente iguais ao limite normativo foram classificadas como adequadas. Itens abaixo do valor mínimo, ainda que por pequena diferença, foram classificados como “não atende”. Os resultados foram registrados como “atende”, “não atende” ou “não aplicável”, conforme a pertinência do item à condição observada.

A elaboração do instrumento ocorreu em três etapas. Inicialmente, foram identificados, na ABNT NBR 9050:2020, os requisitos relacionados a rotas acessíveis, portas, rampas, corredores, áreas de circulação e manobra, sanitários acessíveis, pisos, sinalização e estacionamento. Em seguida, foram excluídos os requisitos não pertinentes à estrutura usual de academias de musculação ou que não correspondiam aos ambientes disponíveis nos estabelecimentos avaliados. Por fim, os critérios selecionados foram organizados em cinco eixos: a) entrada e acesso; b) circulação interna; c) sanitários; d) acessibilidade geral; e) estacionamento e rota acessível externa.

Cada item foi registrado como: atende, quando a condição observada correspondia ao critério previamente definido; não atende, quando o requisito não estava presente ou não atingia o parâmetro adotado; e não aplicável, quando o elemento arquitetônico não existia no estabelecimento ou quando o item não era pertinente à condição observada.

O instrumento contemplou cinco eixos de análise: a) entrada e acesso; b) circulação interna; c) sanitários acessíveis; d) acessibilidade geral; e) estacionamento e rota acessível externa. Entre os critérios avaliados estavam a existência e as características de rampas; a presença de corrimãos e sinalização tátil; a largura de portas, corredores e rotas de circulação; a presença de área para manobra de cadeira de rodas; a disposição dos equipamentos de musculação; os elementos de acessibilidade dos sanitários; as condições do piso; a sinalização visual; e a disponibilidade de vaga reservada, faixa lateral de desembarque e rota acessível até a entrada.

No eixo referente ao estacionamento e à rota acessível externa, foi inicialmente verificada a existência de área de estacionamento vinculada à academia ou sob responsabilidade do estabelecimento. Os locais foram classificados em: a) estacionamento próprio ou privativo; b) estacionamento compartilhado, coletivo ou público utilizado pelos usuários, mas não gerenciado pela academia; ou c) ausência de estacionamento disponível ou vinculado ao estabelecimento. Os critérios relativos à vaga reservada, à faixa adicional de circulação e à rota acessível entre a vaga e a entrada foram considerados aplicáveis somente quando havia estacionamento próprio, privativo ou área de vagas sob responsabilidade direta do estabelecimento. Nos demais casos, os itens foram registrados como “não aplicáveis”, não sendo interpretados como ausência de vaga acessível sob responsabilidade da academia.

A análise dos dados foi de natureza quantitativa e qualitativa, com caráter descritivo. Os dados quantitativos foram analisados por meio da apresentação de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

frequências absolutas e relativas (percentuais), permitindo caracterizar o grau de atendimento das academias aos critérios de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050:2020. A análise qualitativa consistiu na descrição das barreiras arquitetônicas identificadas durante as visitas, com base nos registros de campo e nos critérios definidos no checklist.

Essa etapa teve finalidade complementar à apresentação das frequências e não envolveu entrevistas, análise de percepção de usuários, avaliação do atendimento profissional ou classificação global dos estabelecimentos quanto ao grau de acessibilidade. Os achados foram discutidos à luz da literatura científica e dos parâmetros selecionados da ABNT NBR 9050:2020.

O estudo teve como foco a observação de condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade nos estabelecimentos participantes. Não foram realizadas entrevistas com pessoas com deficiência, profissionais ou gestores, tampouco foram avaliadas experiências de uso, percepção de segurança, satisfação, permanência, participação nas atividades ou necessidade de auxílio de terceiros. Dessa forma, os resultados permitem identificar barreiras e facilitadores estruturais potenciais, mas não mensuram diretamente autonomia, segurança percebida, dignidade, inclusão social ou permanência de pessoas com deficiência nas academias.

Por se tratar de um estudo observacional, sem envolvimento direto de seres humanos e sem identificação nominal dos estabelecimentos avaliados, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As academias foram identificadas por números (01 a 10), a fim de preservar sua identidade.

A pesquisa foi delimitada à observação e à mensuração de elementos arquitetônicos e físicos existentes nas academias, tais como rotas de acesso, rampas, portas, corredores, sanitários, pisos, sinalização e condições de estacionamento. Não foram coletados dados pessoais ou informações individualizadas de usuários, gestores, proprietários ou profissionais; não foram realizadas entrevistas, questionários, gravações, registros de fala ou observação sistemática de condutas, práticas profissionais ou atendimentos prestados.

As visitas in loco foram realizadas após autorização prévia dos responsáveis pelos estabelecimentos com a assinatura do termo de anuência. As academias foram identificadas por códigos numéricos, de 1 a 10, e não foram divulgadas informações que permitissem sua identificação.

4. Resultados

Os resultados descrevem as condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade observadas nas dez academias de musculação avaliadas em Divinópolis, Minas Gerais, com base nos critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020. Os dados são apresentados em frequências absolutas e relativas, organizados nos eixos: entrada e acesso, circulação interna, sanitários, condições gerais de acessibilidade, estacionamento e rota acessível externa.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Não foi utilizado escore global, índice de acessibilidade ou classificação geral dos estabelecimentos, uma vez que o checklist empregado foi destinado à análise individual dos critérios observados.

4.1 Entrada, acesso e circulação interna

Das dez academias avaliadas, oito possuíam rampa de acesso (80,0%). Entre essas oito academias, cinco apresentavam corrimãos em ambos os lados da rampa (62,5%), cinco possuíam sinalização tátil no início e no final da rampa (62,5%) e todas apresentaram largura livre de, no mínimo, 1,20 m (100,0%).

Todas as academias apresentaram porta de entrada com vão livre igual ou superior a 0,80 m. As rotas ou corredores internos também foram classificados como adequados quanto à largura, conforme o critério definido no checklist.

A presença de escadas internas foi observada em seis academias (60,0%). Em relação à disposição dos equipamentos, apenas uma academia apresentou rotas internas livres de bloqueios, enquanto nove apresentaram equipamentos ou outros elementos que comprometiam parcialmente a circulação. Quanto à área livre para manobra nas áreas de treino, nove academias atenderam ao critério estabelecido e uma não atendeu.

Tabela 1 – Eixo de entrada, acesso e circulação interna

Critério avaliado	Atende / presente, n (%)	Não atende / ausente, n (%)	Não aplicável, n
Existência de rampa de acesso	**8 (80,0)**	**2 (20,0)**	**—**
Corrimãos em ambos os lados da rampa*	**5 (62,5)**	**3 (37,5)**	**2**
Sinalização tátil na rampa*	**5 (62,5)**	**3 (37,5)**	**2**
Largura da rampa ≥ 1,20 m*	**8 (100,0)**	**0 (0,0)**	**2**
Porta de entrada com vão livre ≥ 0,80 m	**10 (100,0)**	**0 (0,0)**	**—**
Rota/corredor interno com largura conforme critério do protocolo	**10 (100,0)**	**0 (0,0)**	**—**
Presença de escadas internas	**6 (60,0)**	**4 (40,0)**	**—**
Rotas internas livres de bloqueio por equipamentos	**1 (10,0)**	**9 (90,0)**	**—**
Área livre para manobra nas áreas de treino	**9 (90,0)**	**1 (10,0)**	**—**

Nota: Os resultados são apresentados por critério individual de acessibilidade. Não foi calculado escore global, índice de acessibilidade ou classificação geral dos estabelecimentos.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.2 Sanitários

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Todos os estabelecimentos avaliados possuíam sanitários disponíveis aos usuários. Em nove academias, as portas dos sanitários apresentaram vão livre útil igual ou superior a 0,80 m (90,0%).

Barras de apoio junto à bacia sanitária foram observadas em seis academias (60,0%). A área livre para transferência lateral foi identificada em cinco estabelecimentos (50,0%), e condições adequadas para aproximação frontal ao lavatório foram observadas em seis academias (60,0%).

Nenhuma academia apresentou dispositivo de chamada de emergência no sanitário avaliado.

Tabela 2 – Banheiros adaptados

Critério avaliado nos sanitários	Atende / presente, n (%)	Não atende / ausente, n (%)	Não aplicável, n
Porta com vão livre útil ≥ 0,80 m	**9 (90,0)**	**1 (10,0)**	**0**
Barras de apoio junto à bacia sanitária	**6 (60,0)**	**4 (40,0)**	**0**
Área livre para transferência lateral junto à bacia sanitária	**5 (50,0)**	**5 (50,0)**	**0**
Condições para aproximação frontal ao lavatório	**6 (60,0)**	**4 (40,0)**	**0**
Dispositivo de chamada de emergência	**0 (0,0)**	**10 (100,0)**	**0**

Nota: Os resultados são apresentados por critério individual de acessibilidade. Não foi calculado escore global, índice de acessibilidade ou classificação geral dos estabelecimentos.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.3 Condições gerais de acessibilidade, estacionamento e rota externa

A sinalização visual de acessibilidade foi observada em seis academias (60,0 Em relação às condições do piso nas rotas analisadas, nove academias apresentaram superfícies classificadas como regulares, firmes e estáveis, sem desníveis que comprometessem o deslocamento, enquanto uma academia não atendeu a esse critério.

Seis academias possuíam estacionamento próprio ou área de vagas sob responsabilidade direta do estabelecimento. Entre elas, uma apresentava vaga reservada para pessoa com deficiência, faixa lateral de circulação ou desembarque e rota acessível entre a vaga e a entrada. As demais cinco academias com estacionamento sob responsabilidade direta não apresentaram esses recursos.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Quatro academias utilizavam exclusivamente estacionamento público ou não possuíam área de estacionamento sob sua gestão. Portanto, os critérios relativos à vaga reservada, à faixa lateral à rota entre a vaga e a entrada foram considerados não aplicáveis nesses estabelecimentos.

Tabela 3 – Condições gerais de acessibilidade, de estacionamento e rota acessível externa

Critério avaliado	Atende / presente, n (%)	Não atende / ausente, n (%)	Não aplicável, n
Sinalização visual de acessibilidade nos locais avaliados	**6 (60,0)**	**4 (40,0)**	**0**
Piso das rotas avaliadas regular, firme, estável e sem desníveis que comprometessem o deslocamento	**9 (90,0)**	**1 (10,0)**	**0**
Academia possui estacionamento próprio ou sob sua responsabilidade direta	**6 (60,0)**	**4 (40,0)**	**0**
Vaga reservada para pessoa com deficiência*	**1 (16,7)**	**5 (83,3)**	**4**
Faixa lateral de circulação ou desembarque junto à vaga reservada*	**1 (16,7)**	**5 (83,3)**	**4**
Rota acessível entre a vaga e a entrada principal*	**1 (16,7)**	**5 (83,3)**	**4**

Nota: Os resultados são apresentados por critério individual de acessibilidade. Não foi calculado escore global, índice de acessibilidade ou classificação geral dos estabelecimentos.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

5. Discussão

Os achados evidenciam que as academias participantes apresentaram condições de acessibilidade arquitetônica parciais e heterogêneas. Embora requisitos básicos relacionados à entrada e à largura das rotas internas tenham sido observados em todos os estabelecimentos, foram identificadas barreiras que comprometem a continuidade do percurso e a utilização integrada dos ambientes.

A acessibilidade não depende exclusivamente da presença isolada de rampas, portas largas ou áreas de manobra. Para que uma rota seja efetivamente acessível, seus componentes devem estar articulados e permanecer livres de obstáculos desde a chegada ao estabelecimento até os diferentes ambientes disponíveis. Nesse sentido, a presença de equipamentos bloqueando parcialmente

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

a circulação em nove das dez academias constitui o principal ponto crítico identificado no estudo.

A disposição inadequada de máquinas, bancos, pesos e outros equipamentos pode reduzir a largura útil das rotas, dificultar o deslocamento de pessoas que utilizam cadeira de rodas, bengalas, andadores ou outros dispositivos de mobilidade. Ainda que a maior parte das academias tenha apresentado área livre para manobra em determinados pontos das áreas de treino, a existência de obstáculos nas rotas pode limitar o acesso contínuo a essas áreas. Portanto, a avaliação da acessibilidade deve considerar o percurso completo, e não apenas dimensões medidas de forma isolada.

Esse resultado é consistente com estudos realizados em outras localidades brasileiras. Ferreira et al. (2018), Lima et al. (2018) e Razuck et al. (2021) também identificaram dificuldades relacionadas à circulação interna e à organização espacial das academias.

De forma semelhante, Silva, Mocarzel e Neves (2026) relataram limitações no espaçamento e no acesso entre equipamentos em academias avaliadas no município de Maricá, Rio de Janeiro. A recorrência desses achados sugere que a priorização do aproveitamento máximo da área física, com elevado número de aparelhos, pode ocorrer em detrimento da continuidade e da segurança das rotas de circulação.

Segundo Castegnera et al. (2019), a acessibilidade não se limita à possibilidade de ingresso no ambiente, envolvendo também condições arquitetônicas que favoreçam deslocamentos e participação com maior segurança. A ausência de como corrimãos e sinalização tátil pode representar uma limitação estrutural relevante na rota analisada

No eixo de entrada e acesso, a presença de rampas em oito academias, bem como a largura adequada das rampas existentes constitui um aspecto favorável. Entretanto, nem todas as rampas apresentavam corrimãos em ambos os lados ou sinalização tátil. Esses recursos devem ser analisados conforme as características do percurso, os desníveis existentes e os parâmetros técnicos aplicáveis. assim, sua ausência pode representar limitação estrutural para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual, especialmente quando não há alternativas adequadas de orientação e apoio ao deslocamento.

Quanto às portas de entrada e corredores, o índice de 100% de adequação (vão livre 80 cm) em Divinópolis supera os achados de Santo, Silva e Costa (2021), que registraram 80% de conformidade em Pindamonhangaba. Essa medida cumpre o padrão mínimo da NBR 9050:2020 e da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão). Contudo, Moraes (2021) ressalta que, em locais de prática esportiva, o ideal seria um vão de 1,00 m, visando acomodar cadeiras de rodas esportivas, que possuem dimensões maiores que as convencionais.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

A circulação interna e disposição de equipamentos, revelou ser o ponto mais crítico revelado na pesquisa é que 90% das academias apresentam equipamentos posicionados de forma a bloquear parcialmente a circulação. Este dado corrobora com as observações de Martins (2012), que aponta que muitas academias priorizam o aproveitamento excessivo do espaço com muitos aparelhos, resultando em ambientes desorganizados que dificultam o deslocamento independente. Resultados semelhantes foram encontrados por Silva et al. (2026), onde 77,3% dos estabelecimentos apresentavam espaçamento entre aparelhos inferior ao recomendado.

A realidade de Divinópolis reflete o que Cruz Neto et al. (2023) denominam como a trágica dissonância entre o que é prescrito na legislação brasileira (como a NBR 9050:2020 e a LBI) e o que é efetivamente realizado no cotidiano das academias. Observou-se uma configuração estrutural fragmentada nas academias avaliadas: embora sido identificados requisitos básicos de entrada, como portas e rotas internas classificadas como adequadas quanto à largura, também foram observados obstáculos que comprometiam parcialmente a continuidade da circulação interna.

Os resultados relativos aos sanitários revelam que existência de porta com vão livre adequado não foi acompanhada, de maneira uniforme, por outros componentes fundamentais para a acessibilidade. Barras de apoio, área livre para transferência lateral e aproximação frontal ao lavatório estiveram presentes em apenas metade ou pouco mais metade das academias avaliadas. Esse padrão demonstra que adaptações pontuais, como a ampliação da porta, não são suficientes para assegurar condições arquitetônicas completas de uso do sanitário.

A acessibilidade sanitária depende da combinação entre dimensões, áreas, posicionamento das louças, barras de apoio e demais componentes necessários ao uso do espaço. Assim, um sanitário pode possuir porta com largura adequada, mas ainda apresentar barreiras importantes caso não permita aproximação ao lavatório ou transferência lateral junto aos vasos sanitários.

Estudos anteriores também apontam os sanitários como um dos ambientes mais frequentemente inadequados em espaços destinados à prática de exercícios físicos (Ferreira et al., 2018; Lima et al., 2018; Razuck et al., 2021). A ausência de dispositivos de chamada de emergência nos sanitários avaliados deve ser interpretada com cautela, considerando a configuração de cada ambiente e os requisitos técnicos especificamente aplicáveis. No entanto, esse resultado indica a inexistência de um recurso potencialmente relevante de auxílio em situações de intercorrência. A análise técnica de futuras avaliações poderá aprofundar a adequação dos sanitários à totalidade dos critérios previstos na ABNT NBR 9050:2020.

Entretanto, Moraes (2021) ressalta que sanitários acessíveis requerem, além de porta com dimensão adequada, condições espaciais e dispositivos que favoreçam seu uso. No presente estudo, a observação dos componentes

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

arquitetônicos permite identificar barreiras estruturais potenciais, mas não permite avaliar diretamente a autonomia, a segurança percebida ou possíveis constrangimentos vivenciados pelos usuários.

A pesquisa em Divinópolis revelou falhas críticas em componentes internos: Barras de apoio: Presentes em apenas 60% das unidades. A ausência desses itens contraria a NBR 9050:2020 e, segundo Castegnera et al. (2019), impossibilita a liberdade de locomoção com segurança, transformando um serviço essencial em um local de risco. Conforme apontado por Santo, Silva e Costa (2021), a falta de espaço nas áreas de bacia sanitária e boxes é uma barreira comum que impede o uso pleno das instalações. A NBR 9050:2020 exige áreas específicas de aproximação (80 cm x 120 cm) e de giro para garantir a autonomia.

A falta deste recurso reforça o que Cruz Neto et al. (2023) chamam de trágica dissonância entre a legislação e a prática cotidiana. Conforme Sassaki (2009), a acessibilidade deve permitir o uso dos espaços com autonomia e segurança; a ausência de sistemas de emergência anula o preceito da segurança, deixando o aluno vulnerável.

Conforme Sassaki (2009), a acessibilidade deve ser garantida desde o acesso externo; se o aluno encontra dificuldades antes mesmo de entrar no estabelecimento, ocorre um processo de exclusão precoce. Zuchetto e Castro (2002) ressaltam que não basta oferecer a prática esportiva se o indivíduo não consegue chegar ao local de forma descomplicada e segura.

Quanto às condições gerais de acessibilidade, presença de sinalização visual em seis academias indica que parte dos estabelecimentos apresentava recursos para identificação de áreas ou condições de acessibilidade. A sinalização contribui para orientar usuários e tornar visíveis recursos como sanitários acessíveis, rotas ou vagas. Sua ausência pode dificultar a identificação prévia desses recursos, sobretudo para usuários que desconhecem o ambiente.

As condições do piso foram classificadas como adequadas em nove academias, o que representa um aspecto estrutural favorável ao deslocamento. Os regulares, firmes e estáveis reduzem obstáculos à circulação, especialmente para usuários de cadeira de rodas e outras tecnologias assistivas. Entretanto, a adequação do piso não elimina os efeitos de outras barreiras identificadas, como equipamentos nas rotas internas ausência de componentes acessíveis nos sanitários.

A infraestrutura externa foi outro eixo com importantes limitações. Entre as seis academias que possuíam estacionamento próprio ou sob responsabilidade direta, somente uma apresentava simultaneamente vaga reservada, faixa lateral de circulação e rota acessível até a entrada. Esse resultado indica que o acesso ao estabelecimento pode ser dificultado antes mesmo da entrada na academia, sobretudo para pessoas que se deslocam em veículo particular e necessitam de espaço adicional para transferência, embarque ou desemb.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

É importante destacar que quatro academias utilizavam exclusivamente estacionamento público ou não possuíam vagas sob sua responsabilidade direta. Nesses casos, a ausência de vaga reservada não deve ser atribuída diretamente ao estabelecimento. Contudo, a acessibilidade do percurso externo relevante, envolvendo condições de calçadas, rebaixamentos de meio-fio, travessias, desníveis e continuidade da rota até a entrada. Estudos posteriores poderão incluir uma avaliação mais ampla da acessibilidade urbana no entorno das academias.

Os resultados permitem identificar prioridades práticas para a adequação dos estabelecimentos avaliados. A primeira prioridade consiste em reorganizar os equipamentos de musculação, bancos, pesos e acessórios, de modo a preservar a largura e a continuidade das rotas internas. Essa intervenção tende a ser viável em curto prazo e pode reduzir barreiras sem exigir necessariamente reformas estruturais extensas.

A segunda prioridade refere-se aos sanitários. As academias devem avaliar, de forma integrada, a e o posicionamento de barras de apoio, as áreas livres para transferência lateral, a aproximação ao lavatório e as dimensões necessárias para manobra. A adequação deve ser planejada com base em avaliação técnica e nos critérios aplicáveis da ABNTBR 9050:2020, evitando adaptações meramente formais ou incompletas.

A terceira prioridade envolve os acessos externos e estacionamentos sob responsabilidade dos estabelecimentos. Nesses locais, recomenda-se verificar a existência de vaga reservada, sinal, faixa lateral de circulação ou desembarque e rota contínua até a entrada principal. Também é necessário garantir que rampas, corrimãos, pisos e sinalizações sejam analisados como componentes interdependentes de uma rota acessível.

Além de adequações físicas, os resultados reforçam a necessidade de fiscalização e de planejamento preventivo. Reformas, ampliações e reorganizações das academias devem incorporar os princípios do desenho universal desde concepção, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores e ampliando as possibilidades de uso por pessoas com diferentes características de mobilidade.

5.2 Limitações do estudo

Os resultados devem ser interpretados considerando algumas limitações. A amostra foi probabilística, por conveniência e disponibilidade, composta por dez academias que autorizaram a realização das visitas. Dessa forma, os achados não possuem representatividade estatística e não podem ser generalizados para todas as academias de musculação de Divinópolis.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A principal delas refere-se ao procedimento de amostragem não probabilística por conveniência e disponibilidade, pois a inclusão dos estabelecimentos esteve condicionada à autorização de seus responsáveis para a realização da observação in loco.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Adicionalmente, o checklist utilizado foi adaptado a partir de critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020 para o contexto das academias de musculação. Embora o instrumento tenha permitido a sistematização das observações, não foi submetido a processo formal de validação de conteúdo por especialistas, teste piloto documentado ou análise estatística de confiabilidade inter avaliadores. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como diagnóstico observacional dos itens investigados, e estudos futuros devem aperfeiçoar o instrumento, explicitar critérios dimensionais para todos os itens e testar suas propriedades de validade e confiabilidade.

Embora o município contasse com aproximadamente 62 academias de musculação ativas no período de referência, foram avaliados dez estabelecimentos. Além disso, a amostra apresentou concentração geográfica na região Sudoeste, onde estavam localizadas sete das dez academias participantes. Essa distribuição não foi definida por sorteio, estratificação proporcional ou cálculo amostral, mas decorreu da disponibilidade dos estabelecimentos e da autorização para participação.

Dessa forma, os resultados não possuem pretensão de representatividade estatística das academias de musculação de Divinópolis, nem permitem estimar a prevalência das condições de acessibilidade em todo o município. Os achados devem ser compreendidos como um diagnóstico descritivo das academias avaliadas em Divinópolis, útil para identificar barreiras arquitetônicas, levantar hipóteses e subsidiar investigações futuras com amostragem probabilística, maior número de estabelecimentos e distribuição territorial proporcional.

6. Conclusão

Este estudo analisou condições arquitetônicas e físicas de acessibilidade em dez academias de musculação avaliadas em Divinópolis, Minas Gerais, com base em critérios selecionados da ABNT NBR 9050:2020. Os resultados evidenciaram condições estruturais parciais e heterogêneas entre os estabelecimentos participantes.

Embora todas as academias apresentassem portas de entrada e rotas ou corredores internos com largura compatível com os critérios adotados, foram observadas barreiras relevantes na continuidade da circulação. Em nove estabelecimentos, equipamentos ou outros elementos bloqueavam parcialmente as rotas internas.

Nos sanitários, a presença de portas com vão livre adequado não foi acompanhada, de forma uniforme, por barras de apoio, área livre para transferência lateral e condições de aproximação ao lavatório. Além disso, nenhum sanitário avaliado apresentou dispositivo de chamada de emergência. Entre as seis academias que possuíam estacionamento próprio ou área de vagas sob

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

responsabilidade direta, apenas uma apresentou vaga reservada, faixa lateral de circulação ou desembarque e rota acessível até a entrada.

Esses achados indicam a necessidade de priorizar a reorganização dos equipamentos para preservação das rotas de circulação, a adequação integrada dos sanitários e a melhoria dos acessos externos e estacionamentos sob responsabilidade dos estabelecimentos. Tais intervenções devem considerar a continuidade da rota acessível e os princípios do desenho universal, evitando adequações isoladas que não assegurem a articulação entre os diferentes ambientes.

Os resultados devem ser interpretados à luz das limitações do estudo, especialmente da amostragem não probabilística por conveniência e disponibilidade, do número reduzido de academias avaliadas, da concentração territorial dos participantes e do uso de checklist adaptado sem validação formal.

Portanto, os achados não podem ser generalizados para todas as academias de musculação de Divinópolis. Além disso, como a pesquisa se restringiu à observação de condições arquitetônicas e físicas, não foram avaliadas diretamente a experiência de uso, a autonomia, a segurança percebida, a necessidade de auxílio, a permanência ou a participação de pessoas com deficiência.

Apesar dessas limitações, o estudo oferece um diagnóstico descritivo das academias participantes e identifica barreiras estruturais que podem orientar ações de adequação e investigações futuras. Estudos posteriores devem ampliar a cobertura territorial, empregar estratégias amostrais mais robustas, aprimorar e validar o instrumento de avaliação e incluir a participação direta de pessoas com deficiência na análise das condições de uso dos estabelecimentos.

Declaração sobre uso de inteligência artificial

Durante a elaboração deste artigo, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial generativa como recurso auxiliar na organização e no aprimoramento da redação científica, na sistematização de informações relacionadas ao referencial teórico e no apoio à estruturação da discussão dos resultados.

A utilização da ferramenta ocorreu sob supervisão e revisão dos autores, não substituindo a análise científica, a interpretação dos dados ou a tomada de decisões relacionadas à pesquisa. As informações e referências sugeridas pela ferramenta foram analisadas, conferidas e validadas pelos autores.

Os autores assumem integral responsabilidade pela precisão, integridade, originalidade e conteúdo final do manuscrito, incluindo a análise dos dados, a interpretação dos resultados e as conclusões apresentadas. A inteligência artificial não foi considerada autora ou coautora do artigo.

Agradecimento

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio de bolsa de Iniciação Científica, processo nº 08/2024 - PIBIC/FAPEMIG/UEMG Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS DE DIVINÓPOLIS (ACID). Divinópolis, 2026. Disponível em: https://portalacid.com.br/. Acesso em: 22 jun. 2026.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020 acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRITO NETO, A.; SOUSA, S.; CRUZ NETO, J. V. Avanços e obstáculos em relação ao direito à acessibilidade em academias de ginástica na legislação brasileira. **Peer Review**, v. 5, n. 18, p. 451-469, 2023.

CASTEGNERA, A.; SABKA, V.; MANFROI, E. P. Análise da acessibilidade de áreas internas e externas de ginásios de escolas públicas de Chapecó (SC). In: II Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana — SINGEURB, 2019, São Paulo. **Anais**… Porto Alegre: ANTAC, 2019.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

FERREIRA, E. C. et al. O acesso para cadeirantes em academias de ginástica: um estudo realizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 19, n. 1, p. 39-48, 2018.

FRANÇA, T. H. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

FURTADO, R. P. Do fitness ao wellness: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2009.

GONÇALVES, D. M. Estudo da acessibilidade em academias para as pessoas com deficiência na cidade de Campina Grande — PB. In: Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade, 1., 2019. **Anais**… 2019.

LIMA, K. D. N. et al. Os desafios encontrados pelas pessoas com deficiência para o ingresso nas academias de ginástica da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 19, n. 1, p. 49-58, 2018.

MANZINI, E. J. Acessibilidade: uma proposta de diferenciação conceitual. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 33-39, 2006.

MORAES, M. S. A acessibilidade de usuários de cadeira de rodas em academias de musculação: impasses e viabilidades. 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Educação Física) — Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, Castanhal, 2021.

RAZUCK, Y. R. et al. Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 22, n. 1, p. 71-80, 2021.

RETIEFI, F.; LETSOSA, R. Paradigms of disability: a survey of the history of disability. In **Practice Theology**, v. 43, n. 2, p. 36-55, 2018.

SANTO, C. A. E.; SILVA, S. E. P.; COSTA, R. R. Inclusão social de pessoas com deficiência em academias de musculação. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas**, v. 4, n. 2, p. 11-16, 2021.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, v. 10, n. 57, p. 8-16, 2007.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009. p. 10-16.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 14/08/2026 - **Accepted:** 18/09/2026
Vol: 13.20
DOI: 10.66104/h2nw0060
Pages: 1-24

SILVA, S. L. O.; MOCARZEL, R. C. S.; NEVES, B. M. Acessibilidade arquitetônica para pessoas que utilizam cadeira de rodas em academias: um estudo observacional. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 24, e36186, 2026.

SOUZA, R. G. R.; RIBEIRO, K. T. O paraíso é para todos? Normas e inspirações para ampliar a acessibilidade em unidades de conservação brasileiras. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2021.

ZUCHETTO, A. T.; CASTRO, R. L. V. G. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Revista Kinesis**, Santa Maria, n. 26, p. 52-166, 2002.

CC BY